Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 298, de 2002

Autoria: Senador Francisco Escórcio (MDB/MA) e outros

Iniciativa: Senador Francisco Escórcio (MDB/MA) e outros

Ementa:

Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central).

Assunto: -

Data de Leitura: 14/06/2002

Tramitação encerrada

Decisão: Rejeitada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 30/11/2010 - REJEITADA

Despacho:

10/11/2008

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Jefferson Peres (encerrado em 08/03/2007 - Redistribuição)

Senador Marconi Perillo (encerrado em 17/11/2010 - Substituído por "ad hoc")

Senador Antonio Carlos Júnior (Relator Ad hoc) (encerrado em 17/11/2010 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

01/12/2010 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: DEVOLVIDO APÓS CONSULTA
ARQUIVADO

30/11/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: REJEITADA

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo da presente matéria.
À SARQ.

Publicado no DSF Páginas 54419

30/11/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

25/11/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 26/11/2010 a 29/11/2010.

Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 298, de 2002

TRAMITAÇÃO

24/11/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Leitura do Parecer nº 1.516, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator ad hoc Senador Antonio Carlos Junior, concluindo pela rejeição da matéria.
Nos termos do Parágrafo Único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.
À SCLSF.

Publicado no DSF Páginas 52800

Publicado no DSF Páginas 52661-52674

23/11/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Juntada, às fls. 94/95, cópia da legislação citada no Parecer.

Aguardando leitura.

17/11/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 19h30.

17/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

17/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 47ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Senador Demóstenes Torres designa Relator "ad hoc" o Senador Antonio Carlos Júnior, em substituição ao Senador Marconi Perillo.

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.

16/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

06/08/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Marconi Perillo, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e no mérito, pela sua rejeição.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

04/05/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

TRAMITAÇÃO

Ação: Redistribuído ao Senador Marconi Perillo, para emitir relatório.

10/11/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

24/09/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando redistribuição em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres.

15/08/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: A matéria é retirada de Pauta.

06/07/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

08/03/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Retorna à CCJ, nesta data.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Jefferson Péres favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

07/03/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: É lido e aprovado o Requerimento nº 177, de 2007, de autoria do Sr. José Agripino e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento da matéria.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 4527-4530

05/03/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

02/03/2007 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: PROPOSIÇÃO EMPRESTADA A SSCLSF

Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 298, de 2002

TRAMITAÇÃO

16/02/2007 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: Processo arquivado

22/01/2007 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Matéria arquivada ao final da 52ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.
Ao Serviço de Protocolo Legislativo, com destino à Secretaria de Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 8 Suplemento (nº 228-B)

21/12/2006 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura).

À SSCLSF.

10/05/2006 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Jefferson Péres com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

14/12/2004 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em Reunião Extraordinária, nesta data, é realizada a 2ª Audiência Pública para instruir a PEC nº 27, de 2002, e o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 298, de 2002, tendo como convidado o Governador Joaquim Domingos Roriz - Distrito Federal, nos termos do Requerimento nº 05, de 2003-CCJ e Termos Aditivos nºs 1 e 2.
Usam da palavra para interpelar o orador os Senhores Senadores Jefferson Péres (Relator das proposições), Paulo Octávio, Leomar Quintanilha, Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti, Renan Calheiros, Mão Santa, João Alberto Souza, Antonio Carlos Valadares, Sibá Machado, a Senhora Senadora Lúcia Vânia e o Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ.
Anexei as notas taquigráficas referentes à Audiência Pública (fls. 32/64).
Encaminhado ao Relator, Senador Jefferson Péres.

24/11/2004 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, é aprovado o Termo Aditivo nº 2 ao Requerimento nº 5, de 2003-CCJ, de iniciativa do Senador Jefferson Péres, de realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 30/31).

A matéria aguarda a realização de Audiência Pública em data oportuna.

03/11/2004 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Em Reunião Ordinária, nesta data, é realizada a 1ª Audiência Pública para instruir a PEC nº 27, de 2002, e o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 298, de 2002, tendo como convidado o ex-Senador Francisco Escórcio, autor das Proposições, nos termos do Requerimento nº 05, de 2003-CCJ e Termo Aditivo nº 01 (fls. 28/29).
Usam da palavra, para interpelar o orador, os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa, João Ribeiro, Demóstenes Torres, Mão Santa, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, José Jorge e o Senhor Senador Edison Lobão, Presidente da CCJ.
Anexei trecho das notas taquigráficas que se refere à Audiência Pública (fls. 7/27).

Encaminhado ao Relator, Senador Jefferson Péres.

Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 298, de 2002

TRAMITAÇÃO

15/12/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Retorna à CCJ, nesta data.

Encaminhado ao gabinete do Relator, Senador Jefferson Péres, para prosseguimento da tramitação.

15/12/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Anexamos às fls. 05/06, Ofício nº 616, de 13 de novembro de 2003, do Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, encaminhando o Manifesto de Constituição da "Frente Parlamentar de Combate à Criação do Estado do Planalto Central".

Devolvido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

15/12/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

15/12/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Gabinete do Senador Jefferson Péres, a pedido, em atendimento à Solicitação nº 245/2003, com a finalidade de anexação de documentos.

À SSCLSF.

22/04/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado ao gabinete do Relator, Senador Jefferson Péres, para prosseguimento da tramitação.

22/01/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido na CCJ.
Aguardando Instalação da Comissão.

10/01/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para prosseguir na sua tramitação normal, à vista do disposto nos incisos III e V, do art. 332, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e conforme instruções constantes do Ato nº 97/2002, do Presidente do Senado Federal, publicado no DSF de 21/12/02.

09/01/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF (§ 2º, art. 89, do RISF, combinado com a Resolução nº 17/2002-SF, que altera o art. 332 do RISF).

19/06/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Jefferson Peres, para emitir relatório.

Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 298, de 2002

TRAMITAÇÃO

14/06/2002 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

14/06/2002 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 12111-12112

14/06/2002 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLSF.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PDS 298/2002

Data: 14/06/2002

Autor: Senador Francisco Escórcio (MDB/MA) e outros.

Local: null

Descrição/Ementa: Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (Dispõe sobre criação do Estado do Planalto Central).

Relatório Legislativo

Data: 06/08/2009

Autor: Senador Marconi Perillo (PSDB/GO)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Marconi Perillo, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e no mérito, pela sua rejeição.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

Data: 17/11/2010

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 47ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Senador Demóstenes Torres designa Relator "ad hoc" o Senador Antonio Carlos Júnior, em substituição ao Senador Marconi Perillo.

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto.

P.S 1516/2010

Data: 24/11/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 298, de 2002

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Leitura do Parecer nº 1.516, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator ad hoc Senador Antonio Carlos Junior, concluindo pela rejeição da matéria.
Nos termos do Parágrafo Único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.
À SCLSF.